

A LÓGICA DE UM DISCURSO: O EMPRESÁRIO SCHUMPETERIANO*

Roberto Balau Calazans**

1 - Introdução

O sistema teórico schumpeteriano, mesmo contra a vontade do autor, pode ser facilmente interpretado como teoria do **ciclo da capacidade empresarial**, devido ao encadeamento lógico explicativo do *modus operandi* do desenvolvimento capitalista: inovação, novas plantas industriais, novas firmas, novo homem (empresário) e, por fim, a necessidade de crédito *ad hoc*. Em outros termos, o surgimento do desenvolvimento econômico é motivado pela existência de grupos empresariais de qualificação especial (*ability*), distinguidos pela liderança social, os quais encaminham com êxito uma nova combinação dos fatores de produção. A lógica desse discurso teórico evidencia a importância da hipótese do empresário inovador para a teoria schumpeteriana. A construção desse sistema teórico e sua terminologia expressam, em boa medida, o método de análise do autor. Schumpeter entendia que a análise econômica visava refinar e sistematizar a lógica do empírico. Não abria mão de hipóteses subjetivas para qualificar o comportamento econômico dos agentes e diferenciá-los como classes.

Este artigo discute a questão do empresário schumpeteriano. A segunda seção estuda alguns aspectos da teoria econômica schumpeteriana. A seguir, discutimos sua teoria de classe e o conceito de empresário. Finalmente, procuramos demonstrar os aspectos lógico-históricos que suscitam a defesa desse sistema teórico. Faremos duas críticas básicas à concepção de empresário desse autor: primeiro, do ponto de vista lógico, mostraremos as implicações teóricas de assimilação desse modelo teórico; segundo, Schumpeter, em sua síntese teórica, oscila entre o marxismo e a escola neoclássica; todavia ao resgatar a estrutura conceitual do empresário sobre bases neoclássicas, desfigura os elementos de inspiração marxista.

* Este artigo é uma versão integral do Capítulo 4 de minha dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em outubro de 1991, sob o título **O Capitalista e o Empresário em Marx e Schumpeter**.

** Do Departamento de Economia da UNISINOS.

2 - Aspectos da teoria econômica

O sistema teórico schumpeteriano está assentado sobre três elementos essenciais: a teoria da inovação, o empresário e a criação de crédito, sustentados para uma economia de mercado. Schumpeter deixa claro seu corte metodológico, no início de *Business Cycles*, quando enfatiza, como ponto de partida, a situação dos negócios. Nesse mundo, há firmas e empresários preocupados em terem percepção da evolução dos negócios, isto é, determinar entre as diversas situações de mercado (normais ou anormais) aquelas às quais as empresas devem se adaptar. Para ele, os empresários têm plena idéia da lógica inerente ao sistema capitalista, cabendo à análise econômica formular cientificamente essa compreensão. Como no mundo dos negócios aparecem os termos prosperidade, depressão e crise, ele extrai esses termos comuns à prática capitalista, procurando tratá-los com o devido rigor científico. Propõe-se, com isso, a buscar o refinamento da linguagem cotidiana comum à atividade empresarial, assumindo o ponto de vista do empresário, colecionando fatos da atividade industrial e comercial, dando-lhes o devido tratamento estatístico necessário ao entendimento científico de como se processa a evolução dos negócios.

Atribui, então, a devida importância à construção de instrumentos de análise teórica, necessários à mensuração e à compreensão do processo evolutivo do sistema. Naturalmente, tal modelo teórico deve ter condições de assumir características institucionais de uma típica economia capitalista com seus agentes respectivos: empresários, trabalhadores e proprietários de terra. Schumpeter chama esse modelo teórico de fluxo circular e pretende que o mesmo seja uma primeira aproximação teórica com a realidade dessa sociedade.

Fluxo circular

O fluxo circular descreve uma economia concorrencial em situação de equilíbrio geral walrasiano, cujo marco institucional é a sociedade capitalista. Há uma economia monetária, com propriedade privada dos meios de produção, divisão do trabalho, sistema de crédito, empresários — espírito industrial e motivação aos negócios —, trabalhadores e proprietários de terra (SCHUMPETER, 1939, p.144).

Presume-se, a princípio, que as firmas seguem as regras de maximização de lucro. A produção é caracterizada pelo conceito de função de produção, a qual é uma função contínua, com coeficientes fixos de produção e com algumas restrições quanto à substitutibilidade dos fatores de produção. "Caracterizamos o processo de produção mediante o conceito de combinações de forças produtivas." (SCHUMPETER, 1982, p.17). A forma de combinação dos fatores de produção obedece à lógica econômica.

Como observam Ekerman & Zerkowski (1984, p.208), a função do empresário é "administrar a repetitividade". Escreve, nesse sentido, Schumpeter (1939, p.40): "(...) não há função empresarial — nada que chamamos por este tipo de atividade especial, a qual associamos ao empresário". Esse empresário não é ainda inovador. Atua dentro de princípios do modelo marginalista — combinando os fatores de produção — sem,

contudo, sair da rotina produtiva, isto é, reage adaptativamente às mudanças dos dados econômicos. Não obtém lucros empresariais e, conseqüentemente, não faz grandes fortunas, nem se lhe abrem possibilidades de ascensão social.

Os fluxos de produção e renda crescem à taxa constante no decorrer do tempo, somente ocorrendo mudanças estáticas. Para ele, em condições estáticas, não há tendência ao movimento cíclico do processo econômico, ou movimento em forma de onda da economia. Schumpeter descreve a economia em estado estacionário¹, em que há crescimento contínuo dos fatores (população e do capital), e a rotina nos negócios é a regra. Nessa situação, as mudanças são uniformemente distribuídas no tempo, não podendo o processo econômico gerar transformações endógenas (abruptas, descontínuas e não uniformes no tempo), as quais irão caracterizar a evolução do sistema no decorrer do tempo histórico, ou aquilo que Schumpeter chamou de fenômeno do "desenvolvimento econômico" ou, ainda, "progresso". Não se pode esquecer que esse modelo teórico abstrato tem implicações na análise histórica da gênese do capitalismo. Sobre isso, iremos discorrer mais adiante.

No fluxo circular impera a lei de Say: há plena identidade entre oferta e demanda por bens e serviços, implicando, ainda, pleno emprego dos fatores de produção. Os agentes participantes do processo econômico apreendem através da experiência econômica, obtendo a regularidade produtiva. A produção é sincronizada:

"O processo produtivo é inteiramente 'sincronizado', significando que não há como esperar pelos resultados da produção, uma vez que todos eles se apresentam e se reproduzem de acordo com um plano para o qual tudo é perfeitamente adaptado. Tudo é financiado por receitas correntes" (SCHUMPETER, 1939, p.40).

Percebe-se, assim, que, nessa economia, não há formação de expectativas, dada a sincronia do mecanismo econômico. A postulação da lei de Say implica que o dinheiro se torna, conseqüentemente, um mero meio de troca (numerário). "O dinheiro não tem outro papel no fluxo circular do que facilitar a circulação de mercadorias." (SCHUMPETER, 1982, p.40).

Schumpeter assume a análise do equilíbrio geral walrasiano, considerando-o a *Magna Carta* da teoria econômica (SCHUMPETER, 1939, p.41). No modelo walrasiano, o dinheiro é um numerário apenas introduzido no modelo, porque já se pressupõe equilíbrio simultâneo entre os preços e as quantidades interdependentes em todo o sistema econômico. Tal modelo sugere uma dicotomia entre equilíbrio real e monetário, sendo a determinação dos preços relativos uma expressão do equilíbrio real. Vale dizer: o equilíbrio do setor real é dado pelos preços relativos. Schumpeter considera que não há oscilações significativas dos preços vigentes. Em termos marxistas, supõe-se tal modelo como de trocas puras — excedente monetário igual a zero —, o fluxo circular

¹ Para Schumpeter (1964, p.255), estado estacionário é "(...) um processo econômico que se desenvolve com coeficientes uniformes ou, mais precisamente, um processo econômico que simplesmente se reproduz".

seria similar ao circuito do capital M-M, não se aproximando do circuito M-D-M, pois este já enfatiza a instabilidade inerente à forma dinheiro na economia mercantil simples. Devemos, no entanto, ter o cuidado de não apagar um traço marcante na obra de Schumpeter, qual seja, sua ruptura com alguns elementos teóricos neoclássicos. De um lado, assume essa vertente ao se orientar por princípios da microeconomia: supõe uma economia baseada no comportamento individual, na qual os indivíduos se diferenciam pela capacidade para os negócios — isso não implica que o autor desconheça a existência de classes sociais —, que se orientam em função dos gostos e preferências. Os agentes econômicos são racionais e procuram maximizar suas funções de utilidade e de produção. De outro lado, seria absurdo sugerir que Schumpeter desconhecia o caráter monetário da economia capitalista. Sua teoria do capital, juro e crédito expressa uma crítica à visão hegemônica da época, reafirmando o caráter monetário dessa economia. Apesar de se orientar, em maior grau, pela abordagem neoclássica, em alguns pontos, negou questões substanciais.

Ilustrando: considera que apenas o trabalho e a terra são os fatores originais de produção, possuindo uma teoria alternativa sobre o capital e o juro. O capital não é considerado um fator de produção independente.² Como no fluxo circular não há surtos de investimentos induzidos pelas descobertas técnicas, o capital não executa sua função específica, não se apresentando como fator independente. Logo, constrói o conceito de capital em conformidade com seus objetivos. O capital surge como conceito vinculado ao fenômeno do desenvolvimento, representando a "(...) soma de meios de pagamentos que está disponível em dado momento para a transferência aos empresários" (SCHUMPETER, 1982, p.83). Ou seja, expressa um poder de compra, criado pelo crédito, que possibilita ao empresário alterar a estrutura de produção dos bens de capital, encaminhando o processo disruptivo dentro da economia estacionária.

Essa concepção de capital difere da concepção clássica de capital (como um estoque de bens físicos) e da teoria de Bohn-Bawerk.³ Schumpeter, obviamente, sem menosprezar a relevância do tempo na dinâmica econômica, critica a teoria de capital de Bohn-Bawerk. Entende que o elemento tempo não interfere na escolha dos métodos indiretos de produção e na preferência intertemporal dos agentes econômicos. Para ele, deve-se fazer a diferenciação entre a introdução dos novos processos e os em operação. Como, no fluxo circular, a tecnologia é dada e o processo econômico é estacionário, não se coloca a escolha intertemporal entre consumos presente e futuro; logo, o tempo e a taxa de juro (como coeficiente de medida dessa escolha) perdem o aspecto abordado pela teoria de Bohn-Bawerk.

² "Os meios de produção produzidos são, por um lado, apenas a encarnação dos dois bens de produção originais, por outro lado, bens de consumo 'potenciais'." (SCHUMPETER, 1982, p.18).

³ Para Bohn-Bawerk, o capital expressa o somatório da produção intermediária gerada através de métodos indiretos de produção. Os métodos indiretos consomem mais tempo, pois implicam maior intensidade de capital. Esse autor introduz o fator tempo na função de produção, trabalhando com a idéia de "períodos de produção" (SCHUMPETER, 1970, p.161-164).

Ao compreender o capital como fenômeno monetário, entende ainda que, em perfeito equilíbrio walrasiano, a taxa de juro é zero (SCHUMPETER, 1939, p.124), sugerindo que ela somente se torna positiva a partir do surgimento das inovações (1939, 125). Isso significa dizer que o juro também é encarado como fenômeno monetário, pois representa a parte do excedente gerado quando surgem as inovações e o lucro empresarial.

Além disso, há uma suposição inicial na qual o "desenvolvimento surge de uma situação sem desenvolvimento" (SCHUMPETER, 1982, p.47); portanto, torna-se irrelevante a existência de poupança prévia ou de parcimônia por parte dos agentes econômicos. A poupança somente se constituirá "(...) em fundos que são, eles próprios, resultado de inovação bem-sucedida, e nos quais reconhecemos mais tarde o lucro empresarial" (SCHUMPETER, 1982, p.52).

Convém observar que, tanto Marx como Schumpeter, ao tentarem elaborar as leis internas de reprodução do sistema capitalista, partem de modelos abstratos com certas similaridades. Essas abstrações descrevem uma economia em estado estacionário — é o caso do fluxo circular de Schumpeter — e são ponto de partida para o entendimento do movimento do capital no tempo histórico. A reprodução simples descreve um modelo agregativo de equilíbrio em fio de navalha. Nessa situação, a mais-valia é totalmente gasta pelo capitalista; contudo Marx trabalha com um modelo teórico de economia monetária — o dinheiro traz instabilidade — e sustenta que as leis de acumulação se orientam por uma taxa de mais-valia positiva. A economia permanece ainda estacionária, pois os investimentos líquidos não se efetivam, uma vez que o produto líquido não é novamente acumulado.

Schumpeter descreve o modelo teórico do fluxo circular em equilíbrio geral walrasiano. Nesse caso, mesmo Schumpeter admitindo um marco institucional capitalista para construir esse modelo, estabelece a proposição *sui generis* de que é possível uma economia de propriedade privada, na qual não há lucro empresarial (excedente) e juro.

Deve-se acrescentar, ainda, que, na reprodução simples proposta por Marx, há possibilidade de uma crise mercantil, pois já está introduzido no modelo o dinheiro, assumindo, inclusive, a função de reserva de valor. Isso potencializa um desequilíbrio interno dessa economia estacionária. Além disso, a lei de Say é questionada radicalmente por Marx, sendo negada sua validade na própria economia mercantil simples. Com efeito, mesmo em reprodução simples, não podemos supor uma situação imutável de eterna calma das variáveis econômicas. Distintamente, Schumpeter admite um equilíbrio perfeito no fluxo circular. O dinheiro é, para ele, um numerário, expressando o equilíbrio dos preços relativos. Portanto, no fluxo circular, ao assumir o modelo walrasiano, trabalha-se com a dicotomia entre equilíbrio real (preços relativos) e equilíbrio monetário (teoria quantitativa da moeda), isto é, com uma "troca direta monetarizada"⁴. Em outras palavras, podemos dizer, simplesmente, que temos um

⁴ Essa expressão é encontrada em Salama (1980, p.111).

modelo de preços distinto na modelagem do fluxo circular e da reprodução simples. Não obstante, como veremos, quando ocorre o fenômeno do desenvolvimento, Schumpeter pensa em uma economia em termos monetários. Portanto, a modelagem walrasiana é revista — assumimos aqui um tom interpretativo — quando se aproxima o modelo teórico da situação do capitalismo real, isto é, uma economia tipicamente monetária, em que a acumulação se orienta pela valorização do capital — taxa de mais-valia positiva. A vantagem lógica da reprodução simples em relação ao fluxo circular situa-se no fato de que a primeira já incorpora características básicas do funcionamento do capitalismo. Explicando: assume o caráter monetário da teoria do valor, do capital e do juro, bem como trata o dinheiro não como simples numerário, acrescentando-se novos elementos, como a demanda especulativa por moeda, crédito, etc. Com isso, temos elementos essenciais para negar a validade da lei de Say e demonstrar o caráter desequilibrado do capitalismo — tal como, ao final, acabam sugerindo Marx e Schumpeter. Ora, Schumpeter enfatizou que o capitalismo não pode ser concebido em estado estacionário e que a norma do desenvolvimento é o desequilíbrio. Se aceitarmos que as leis de acumulação são de valorização do capital, postular a convergência ao equilíbrio é inclinar-se ao estado estacionário, negado pelo próprio sistema. Para evitar esse raciocínio circular do equilíbrio, o caráter dinâmico do desenvolvimento capitalista só pode ser assimilado quando aceitarmos que o desequilíbrio é a norma.

Inovação

Para explicar a essência do desenvolvimento (ou da evolução econômica), a teoria da inovação é essencial para, por sua vez, explicar o surgimento do desequilíbrio do processo de crescimento uniforme no fluxo circular. Mesmo havendo mudanças de estática comparativa no seu interior, as modificações são contínuas e uniformes no tempo. Portanto, ocorre a ruptura do estado estacionário, quando aparecem as mudanças internas do processo econômico, surgidas de revoluções operadas nas combinações produtivas.

Ao enfatizar o endogenismo das transformações da vida econômica, o autor não desconhece a existência de fatores externos que influem nas flutuações econômicas. Tais fatores são: variações climáticas, sistemas de taxaço e políticas governamentais, e inclui as variações da população nesse rol. Os fatores internos são representados pelas mudanças nos gostos, pela quantidade ofertada de fatores da produção e por modificações nos métodos e oferta de produtos (SCHUMPETER, 1939, p.73-74). Atribui papel secundário aos dois primeiros fatores; logo, concentra-se no terceiro aspecto, buscando estabelecer uma linha divisória entre os fatores endógenos e os externos (SCHUMPE-TER, 1968, p.164).

É recorrente no raciocínio de Schumpeter a recusa ao método marshaliano (estático) e sua diferenciação com estado estacionário. A estática, como método, resulta em um tipo de análise na qual os fenômenos são situados em um mesmo ponto de tempo (SCHUMPETER, 1964, p.254). Descreve o processo econômico

através de mudanças adaptativas, encontrando o equilíbrio estável por meio de pequenas variações marginais. Desse modo, postula-se uma forma de crescimento equilibrado, que, uma vez perturbado, tende a se restabelecer em nova posição de equilíbrio. Implica também considerar que o conceito de crescimento é distinto do de desenvolvimento.⁵

Ora, para o autor, sob condições estáticas não há ciclos econômicos: "As condições estáticas são compatíveis com um contínuo crescimento (...) tal como seria a consequência do simples fato de um incremento (ou decréscimo) da população e do capital" (SCHUMPETER, 1968, p.29). Considera, então, que o aparato estático é insuficiente para explicar o ciclo, a tendência e as ondas longas no capitalismo. Trata-se, em sua concepção, de tentar construir um aparato teórico que busque explicar os fatores causadores desses fenômenos reais da história industrial do capitalismo.

Deve-se mencionar ainda que, ao construir sua teoria da inovação e ciclos, Schumpeter realiza uma ruptura parcial com o aparato walrasiano; considera-o também estático e somente adaptável em uma economia estacionária (SCHUMPETER, 1968, p.164). Ele demonstra que a situação de equilíbrio proposta por Walras não se aproxima das situações reais do desenvolvimento industrial. O velho modelo de equilíbrio geral é dinamizado no tempo e transformado em um modelo histórico com a introdução de novos elementos (as inovações, novas firmas, empresários e o crédito). O novo modelo passa a incorporar modificações tecnológicas, que lhe alteram o equilíbrio, e se introduz, ainda, a acumulação progressiva de capital. Schumpeter, com efeito, objetivou avançar a análise walrasiana, introduzindo novos componentes ao modelo, capazes de determinar alterações significativas no estado de equilíbrio geral do sistema econômico. Sem desmerecer a modelagem dada pela teoria econômica pura, aproxima-a da análise histórica, preocupando-se em dar uma nova funcionalidade aos agentes econômicos, principalmente o empresário e o banqueiro. Nesse sentido, a autonomia do fato econômico puro, face aos demais fatos da vida social, não é encarada de maneira rígida, dada sua preocupação com o componente empírico.

Os termos "evolução", "progresso" ou "desenvolvimento", usados no mesmo sentido, caracterizam uma situação oposta, não estacionária. A evolução tem um sentido preciso para Schumpeter: compreende as mudanças econômicas como "(...) um processo único na perspectiva histórica, e sua característica mais evidente é a mutação incessante irreversível" (SCHUMPETER, 1964, p.71). Vale dizer: o evolucionismo schumpeteriano caracteriza um processo endógeno de inovação e concorrência. Quando associa a mutação industrial com o termo biológico de evolução, Schumpeter não

⁵ O termo crescimento, para Schumpeter, relaciona-se a variações contínuas nas taxas de crescimento da população, do estoque de capital ou da poupança. Tais variações são captadas pelo método estático. Esse processo deve ser diferenciado de desenvolvimento (ou evolução), cuja determinação conceitual surge para explicar as modificações da dinâmica tecnológica do sistema. O termo desenvolvimento também vem explicar por que o sistema não pode ser concebido em estado estacionário (SCHUMPETER, 1939, p.74, p.83, 93-94, 1984, p.47; LABINI, 1984, p.25).

hesita em insinuar uma visão social-darwinista, em que, conseqüentemente, os mais aptos (firmas) sobrevivem durante o processo.

O modelo teórico do fluxo circular concebe, desse modo, uma economia em estado estacionário, qual seja, com crescimento uniforme das variáveis econômicas. A insistência de Schumpeter em não relacionar sua teoria das inovações com métodos de análise econômica (estático ou dinâmico) deve-se à sua compreensão de que o essencial da máquina capitalista é a ruptura com a estacionariedade do fluxo circular, através da ação do processo de inovação e imitação (POSSAS, 1987, p.177-178). Para ele, uma situação estacionária do sistema capitalista pode ser captada indistintamente pelo método estático ou dinâmico (SCHUMPETER, 1984, p.138, rodapé 24). Assim, não se deve confundir a ruptura do fluxo circular com o método de análise utilizado. O que caracteriza tal ruptura é a idéia de que o processo deixa de ser estacionário. Segundo ele, o desenvolvimento é "(...) um tipo de mudança que emerge de dentro do sistema, que desloca de tal modo seu ponto de equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais" (SCHUMPETER, 1982, p.47, nota 6). Ou ainda, de forma mais técnica, significa combinar os fatores produtivos de maneira a construir uma nova função de produção (SCHUMPETER, 1939, p.87).

Tais mudanças, por natureza, são descontínuas, desequilibradas e desarmoniosas (SCHUMPETER, 1939, p.102), não permitindo conceber o capitalismo como um sistema em estado estacionário (SCHUMPETER, 1984, p.112). Os ciclos econômicos, ao descreverem o desenvolvimento em forma de onda, representam a alternância de situações (prosperidade e depressão), através da qual o sistema busca atingir uma outra posição de equilíbrio (SCHUMPETER, 1982, p.148-9). Para Schumpeter, a inovação ocorre em intervalos aleatórios, seguindo-se de um período de prosperidade e recessão. Na prosperidade, ocorrem novas combinações e/ou realocação dos fatores de produção e introdução de novas tecnologias, as quais incentivam a expansão da taxa de investimento da economia e alterações no estoque de capital.

O *modus operandi* da inovação pressupõe a existência de dois elementos inerentes à realização das novas combinações.

Primeiro, surgem novas firmas ao lado das antigas, que impulsionam a construção de novas plantas industriais ou a reconstrução de antigas. A inovação estimula a concorrência entre as empresas inovadoras e as seguidoras (imitadoras), motivadas pela existência de lucros empresariais — excedente sobre os custos — nos ramos dinâmicos da indústria ou no comércio. Esse processo caracteriza a concorrência schumpeteriana: um processo incessante de queda e subida de firmas e indústrias, em que as novas combinações deslocam os negócios antigos, fazendo ascenderem (caírem) novas famílias na liderança da atividade empresarial (SCHUMPETER, 1982, p.49, 1939, p.93-96).

Segundo, os empresários são grupos sociais com certa qualificação, cuja função é realizar as novas combinações. É identificado como um novo homem, que funda uma nova firma e, com sua liderança, encaminha os novos empreendimentos (SCHUMPETER, 1939, p.96, 1982, p.48-66). Distintamente de Marx, que vê o capitalista, em alguns momentos de sua obra, como um agente passivo no contexto do movimento do

capital, o empresário schumpeteriano torna-se um elemento inseparável da sua construção teórica e do *modus operandi* do capitalismo.⁶ Os ciclos e o tempo histórico desse sistema passam a ser explicados pela interferência dessa nova variável — atividade empresarial. Em termos metodológicos, Schumpeter busca no mundo dos negócios um agente funcional que ajuda a explicar as flutuações da economia. Está presente, nessa ótica, o método de sistematização do empírico como plausível à construção de modelos de análise econômica.⁷

Schumpeter procura ainda identificar causas internas que explicam essas mudanças periódicas dos sistemas econômicos. A existência de empresários empreendedores é um dos fatos motivadores da prosperidade. Os empresários realizam as novas combinações, obtendo lucros empresariais acima da média. Há transferência de meios de produção para os ramos dinâmicos. O crédito canaliza a transferência do poder de compra independentemente de poupança prévia das empresas. O *boom* é iniciado pelas indústrias inovadoras, que geram benefícios ao restante da economia. A indústria de bens de capital tem sua demanda aumentada, e o mesmo ocorre com a de bens de consumo, em virtude do ingresso de novos trabalhadores no mercado de trabalho, levando à nova demanda de trabalhadores. Ocorre, então, a elevação dos níveis de economia em decorrência da expansão da atividade industrial. Os empresários têm seus preços e lucros aumentados; logo, passam a ter melhores condições de saldar as dívidas bancárias contraídas. Esse fenômeno é chamado, por Schumpeter, de deflação de crédito. Percebe-se, dessa forma, que há a expansão da renda e da produção, caracterizando um crescimento da taxa de acumulação de capital. A existência de lucros empresariais nos setores inovadores impulsiona o movimento da valorização do capital. Porém esse processo é contido pelo aparecimento de imitadores, os quais intensificam a concorrência intercapitalista dentro dos ramos dinâmicos. A inovação logo passa a ser habitual, reduzindo-se a taxa de lucro setorial e o papel do empresário inovador. A economia entra em processo de acomodação com a queda da taxa de acumulação de capital e com a produção sofrendo um planejamento burocrático. Schumpeter explica as causas da depressão como uma decorrência lógica do final do efeito expansivo das inovações tecnológicas.

⁶ Como veremos, a construção teórica schumpeteriana pode ser assimilada pela análise clássico-marxista, quando nos libertamos do seu conceito de empresário; ou seja, retomamos o traço marxista da análise schumpeteriana.

⁷ Tanto a atitude de Schumpeter como a de Marx obedecem claramente a um padrão metodológico. Contudo, como veremos, Schumpeter, no papel de sintetizador, é eclético ao combinar os elementos teóricos marxistas (idéia de processo e evolução, leis de concorrência etc.) à sua teoria subjetiva (empresário, racionalismo, etc.), sendo esta última autônoma em relação às leis básicas de movimento do sistema.

Crédito

No fluxo circular, a produção é financiada pelas receitas correntes das empresas. O sistema financeiro passa a ter atuação decisiva, ao financiar o desenvolvimento, quando cria um poder de compra *ad hoc*,⁸ transferido aos empresários inovadores (SCHUMPETER, 1982, p.72). Portanto, o crédito é o instrumento monetário que permite a realização das combinações produtivas, tornando o desenvolvimento econômico possível pela expansão creditícia. Na concepção tradicional, a expansão da acumulação de capital exige uma poupança prévia de recursos. A preocupação de Schumpeter é demonstrar que a realocação dos fatores produtivos, principalmente bens de capital, é proporcionada por esse instrumento. Nesse caminho, o crédito passa a ser a variável essencial, visto que permite os investimentos independentemente de poupança prévia.

Essa nova alocação de recursos efetiva-se, pois o crédito concentra fundos necessários para sua posterior entrega ao empresário inovador. A fonte desses recursos advém do poder de compra que os bancos podem criar (SCHUMPETER, 1982, p.53). Os bancos, pelo efeito do multiplicador bancário, podem criar meios de pagamento. A criação de crédito é inflacionária, pois, temporariamente, cria-se um poder de compra sem um lastro sustentado pela produção. Além da funcionalidade do empresário, é atribuída uma funcionalidade para a intermediação financeira e seus agentes (banqueiros): criar meios de pagamento e transferi-los para os empresários realizarem novos empreendimentos.

Convém salientar que o crédito ao consumo ou à produção corrente não é relevante em sua análise, pois tem em mente uma estrutura creditícia voltada para os investimentos em inovações. Sua análise sobre o fenômeno da criação de crédito é importante, porque capta a relevância dos sistemas financeiros na retomada do processo de evolução da sociedade capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo competitivo para o capitalismo trustificado, expandiram-se os instrumentos de crédito e a importância do sistema financeiro, o qual facilita o acesso ao crédito necessário ao financiamento da produção corrente e os fluxos de investimentos induzidos pelas novas combinações produtivas, e, ultimamente, a estabilização do sistema capitalista. Schumpeter, ao se referir ao mercado monetário, escreve: "Ele torna-se o coração, embora nunca a cabeça, do organismo capitalista" (SCHUMPETER, 1939, p.127).

Concorrência

Schumpeter expressa o processo de inovação e o concorrencial (imitação) pelo termo de destruição criadora. A destruição criadora integra um processo "(...) que

⁸ "(...) na medida em que o crédito não puder ser concedido a partir dos resultados de empreendimento do passado ou, em geral, a partir de reservas de poder de compra criadas pelo desenvolvimento passado, só pode consistir de meios de pagamento creditícios criados *ad hoc*, que não podem ser respaldados pelo dinheiro, em sentido estrito, nem por produtos já existentes (grifo nosso)." (SCHUMPETER, 1982, p.74).

incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando nova" (SCHUMPETER, 1984, p.113).

O próprio autor, de um lado, deixa claro que esse processo — e note-se que a idéia de processo o aproxima de Marx — é dinâmico por sua própria natureza. A par disso, toma-o como evolucionário. Vale dizer: a inovação e a imitação caracterizam-se por ser um processo que vem de dentro do sistema — em termos marxistas poderíamos dizer: imanente à sua lógica interna —, promovendo mudanças técnicas na estrutura produtiva. De outro lado, esse é também um processo orgânico. Sua proposição básica é que o "vento perene da destruição" é realizado pelas novas combinações encaminhadas pelas novas firmas. As modificações que ocorrem em toda a economia são causadas pelas ações dessas firmas e não podem ser compreendidas pelo método marshalliano (parcial), isto é, supor equilíbrio estático, ou, ainda, "eterna calmaria" da concorrência perfeita. Com efeito, de nada adianta estudar uma situação estática de mercado, os movimentos de preço, etc., se a história industrial é apagada "como se ela não tivesse passado ou futuro" (SCHUMPETER, 1984, p.113). Schumpeter busca uma alternativa ao método de análise tradicional das estruturas de mercado e elabora uma nova questão essencial para compreender a concorrência intercapitalista: "(...) normalmente se vê o problema de como o capitalismo administra as estruturas existentes, enquanto o relevante é saber como ele as cria e destrói" (SCHUMPETER, 1984, p.114).

O autor propõe, assim, uma nova abordagem teórica de pesquisa da concorrência para análise da mesma. Em seu novo esquema, o *modus operandi* da concorrência não pode ser dado pela disputa via mecanismo de preços ou ajuste de quantidades, mas introduz novos elementos, retirados da história industrial: abertura de novos mercados, novos produtos, novos métodos de organização do trabalho e administração, e novas fontes de matérias-primas.

Note-se a semelhança com o esquema marxista: na análise schumpeteriana, o *modus operandi* da acumulação caracteriza-se pela inovação e imitação; já para Marx, a imanência do processo de reprodução do capital é encontrada na busca incessante de valorização do capital (extração de mais-valia), que traz, subjacente a tal compreensão, a crescente busca de novos métodos de produção e o acirramento da disputa concorrencial via concentração industrial. A luta concorrencial, proposta por Marx, efetivada pelo capitalista individual, possui alguns pontos de similaridade com o processo de destruição criativa, se bem que Marx não restringia o impulso à acumulação progressiva somente à introdução de inovação. Aliás, o conceito schumpeteriano de inovação deve ser revisto: por exemplo, a disputa entre capital e trabalho na apropriação da mais-valia é também motivadora da introdução de novas tecnologias. Deve-se salientar, ainda, que ambas as análises se distinguem em virtude de a teoria schumpeteriana juntar a tal processo um elemento subjetivo: a existência de um grupo de novos empresários inovadores. Se relativizarmos esta última hipótese, o grau de aproximação entre Marx e Schumpeter é inegável. Os traços evolucionário e orgânico do *modus operandi* schumpeteriano demonstram a aproximação entre os autores. Schumpeter aceita a interpretação econômica marxista, entretanto adapta-a ao seu objetivo, qual seja, enfatizar o endogenismo da evolução econômica, mas acrescenta a firma e o empresário.

Em suma, o elemento essencial do esquema schumpeteriano é demonstrar que a mudança industrial não pode ser concebida dentro de um modelo estacionário de equilíbrio estático. Logo, a dinâmica do processo concorrencial não pode situar a firma dentro de um modelo de concorrência perfeita:

"Assim, ao se avaliar o desempenho da empresa competitiva, saber se ela tende ou não a maximizar a produção em condições de equilíbrio estacionário perfeito do processo econômico é uma questão quase, se bem que não totalmente, irrelevante" (SCHUMPETER, 1984, p.105, rodapé 5).

O modelo de concorrência perfeita passa a ser a exceção e não a regra da análise das estruturas de mercado. Schumpeter admite novas estruturas, como a concorrência monopolista e o oligopólio, como caminho provável para a análise da dinâmica da formação de preço e da regra de conduta das empresas.

3 - Empresário como função

Deve-se, primeiramente, dizer que Schumpeter, tal como Marx, possui uma concepção global de capitalismo, que envolve diversas incursões teóricas em outros campos de análise além da economia. Do ponto de vista sociológico,⁹ Schumpeter elabora sua própria concepção de classe social.

Em *As Classes Sociais num Meio Etnicamente Homogêneo*, escrito em 1926, o autor descreve as bases de sua teoria de classe, centrando o foco de análise nos motivos que levam à formação das classes sociais. Segundo Gurvitch (1982), sua análise sofre a influência de autores como Pareto e Durkheim. Schumpeter (1961, p.130) define classe social como uma totalidade: "Toda classe social é um órgão social especial, vivendo, agindo e sofrendo como tal e demandando uma compreensão como tal". Ou, ainda;

"Classe é algo mais do que uma aglomeração de seus membros (...) É algo mais do que isso, e esse algo não pode ser identificado nos comportamentos dos membros da classe isoladamente. A classe tem consciência de uma identidade como um todo, como tal tem sua vida peculiar e seu 'espírito característico'".

Schumpeter sustenta que "(...) a participação numa classe é um fato primário, que originalmente é inteiramente independente da vontade do indivíduo" (SCHUMPETER, 1961, p.135). Distingue-se de Marx por sustentar que a unidade de classe é a família (SCHUMPETER, 1961, p.139). Por isso, o foco de sua preocupação básica é encontrar os motivos pelos quais as famílias, como classe, ascendem ou decaem aos extratos superiores da estrutura social (SCHUMPETER, 1961, p.139, 1984, p.36).

⁹ Far-se-á um esboço da teoria de classe de Schumpeter, deixando claro que não temos pretensão de rigor sociológico.

A explicação desses motivos estabelece uma ponte entre o ponto de vista sociológico e a teoria econômica. Schumpeter procura rejeitar o que chama de "automatismo" de Marx¹⁰ e a concepção clássica da poupança (parcimônia), como também do empresário marshalliano, centrada na eficiência administrativa. Primeiro, ao negar o automatismo (suposto em Marx), explica por que considera que a ação subjetiva (decisões de investimento, etc.) pode alterar a lógica ditada pelas leis de acumulação do sistema (SCHUMETER, 1961, p.145). Assim sendo, considera que o comportamento médio das famílias não se orienta somente pela motivação econômica do lucro, mas sua ascensão só pode ser explicada quando "abre novos caminhos". Ou seja, a família tem sua posição ameaçada ao se orientar estaticamente pela motivação do lucro, pois ocorre o risco, por exemplo, de ser afastada dos negócios pelo processo de destruição criadora. Segundo, os motivos expostos na seção anterior ajudam-nos também a perceber que a disposição de poupança (parcimônia) é secundarizada pelo autor, pois não esclarece por si só as causas da ascensão ou queda das famílias. Por último, sugere que a atividade empresarial eficiente (persistência, concentração no lucro, autoridade, capacidade de trabalho, disciplina, etc.) também não habilita nenhuma família a ascender socialmente. Escreve:

"Por isso é que a definição marshalliana do empresário, que trata a função empresarial simplesmente como 'administração', no sentido mais amplo, atrai naturalmente a maior parte de nós. Não a aceitamos simplesmente porque não ressalta o que consideramos ser o ponto-chave e o único que distingue especificamente a atividade empresarial de outras" (SCHUMETER, 1982, p.56).

O ponto-chave que distingue essa atividade (comportamento e aptidão específicas) empresarial das outras classes, e explica a ascensão ou queda das famílias e suas fortunas, é a atividade orientada para a realização de novas combinações produtivas. Cabe aqui, então, uma pergunta: qual é o critério estratificador de Schumpeter? Já afirmamos que existe uma ponte entre a teoria de inovação e a de classe. As classes têm como unidade as famílias, que podem ascender a outras posições sociais, desde que tenham comportamento e aptidão orientados para a realização de novas combinações. O critério de diferenciação de classe não é a propriedade dos meios de produção, tal como, basicamente, sugeriu Marx.

O critério estratificador das classes, para Schumpeter, é definido a partir da existência de hierarquias de funções, advindas da divisão do trabalho, em que se distingue a existência de classes dirigentes e dirigidas.¹¹ As classes dirigentes assu-

¹⁰ Esse automatismo supõe o comportamento do capitalista movido pela paixão à acumulação e desconsidera os aspectos subjetivos referentes à decisão de investimento.

¹¹ Segundo Gurvitch (1982, p.126), essa distinção expressa uma formulação paretiana. E ainda: "A conclusão tirada dessas considerações consiste na justificação da existência das classes e sua hierarquia, quer dizer, da desigualdade social à maneira de Pareto: Joseph Schumpeter, depois de ter admitido no decurso de sua análise a realidade dos conjuntos, acaba por desenvolver consequências que chocam pelo seu individualismo aristocrático".

mem um posto mais elevado na hierarquia social e distinguem-se pelo seu trabalho criativo — não rotineiro (SCHUMPETER, 1961, p.161, 1982, p.19). Portanto, a classe social é definida pela sua funcionalidade dentro do organismo social — hierarquizado, desigual e com divisão do trabalho.¹² Vale dizer: as classes não se distinguem pela concentração da propriedade do capital, mas por diferentes funções geradas pela existência da divisão do trabalho. A posição ocupada dentro dessa hierarquia de funções depende da forma como se distribuem as aptidões individuais. Note-se que Schumpeter postula que as aptidões (ability) são distribuídas desigualmente na sociedade, assim como as outras.¹³ Schumpeter não deixa dúvida quanto ao mecanismo de formação de classe:

"A base em que se apóia o fenômeno da classe consiste de diferenças individuais de aptidão. Entendemos por isso não diferenças num sentido absoluto, mas diferenças de aptidão em relação às funções que o meio torna 'socialmente necessárias' — em nosso sentido — num determinado momento, bem como em relação à liderança, dentro de linhas acordes com essas funções. As diferenças, além do mais, não se relacionam com o indivíduo isoladamente, mas com o clã ou família" (SCHUMPETER, 1961, p.187).

Aceitando a diferenciação de aptidões entre as famílias, Schumpeter esbarra em considerações que o levam ao campo individual (aptidões físicas, mentais, psíquicas, etc.), ao mesmo tempo em que dão um tom darwinista ao processo social (SCHUMPETER, 1961, p.189). O autor frisa, entretanto, que as famílias exercem funções socialmente necessárias, ligadas a posições na órbita produtiva, as quais lhe garantem o exercício da liderança social. Portanto, na sociedade capitalista, o critério de divisão de classe passa a ser o seguinte: há classes que se orientam para o mundo dos negócios e "outras classes em que o aspecto econômico do comportamento é eclipsado por outros aspectos" (SCHUMPETER, 1982, p.9). A razão encontrada para a ascensão ou queda das famílias como classe deve-se ao processo seletivo, no qual alguns membros realizam uma atividade de ruptura com a rotina dos negócios, permitindo o surgimento de algo novo — fonte da fortuna. Em outras palavras, as classes, surgidas devido à sua função específica e diferenças de aptidão, ascendem a novas posições — para fora dos limites de classe ou dentro da mesma classe — como decorrência da aptidão à rotina ou à inovação; logo, é recorrente esse processo seletivo — subida e queda de famílias —, pois o mesmo ocorre *pari passu* ao processo de inovação.

O conceito de empresário é, pois, definido pela função de realizar novas combinações, isto é, sair da rotina estática da simples administração científica (sentido marshal-

¹² "Cada classe está sempre ligada a uma função especial (...) Toda classe, em outras palavras, tem uma função definida, que deve atender de acordo com seu conceito e orientação, e cujas obrigações na realidade cumpre como uma classe de e pela conduta classista de seus membros." (SCHUMPETER, 1961, p.163).

¹³ "Nós postulamos que as capacidades estão distribuídas desigualmente, assim como outras, e consideramos que este fato tem uma importante influência nos mecanismos da transformação econômica (...)." (SCHUMPETER, 1939, p.130).

liano) do negócio (SCHUMPETER, 1939, p.102, 1982, p.54). A elaboração desse conceito é um dos traços mais característicos de contribuição teórica schumpeteriana, mas isso não implica, a nosso ver, considerar que o conjunto de sua teoria dependa de tal conceito. Como demonstramos acima, a descrição do empresário e sua funcionalidade obedecem, pois, a uma lógica na qual está subjacente uma teoria de classe.

A distinção entre empresário e capitalista ajuda a demonstrar que a função empresarial independe da propriedade jurídica do capital e da posse do capital monetário. Dessa forma, as modificações advindas com o capitalismo trustificado levam a função empresarial a ser exercida por outros indivíduos que não sejam o proprietário da empresa: gerentes, assalariados ou controladores de ações. Não se pode perder de vista, de um lado, que a conceituação do empresário como função — além de aceitar estruturas conceituais como hierarquia, desigualdade, seleção natural, etc. — implica a negação da propriedade do capital como essencial para a delimitação de uma classe social. De outro lado, permite extrapolar que a função empresarial não se restringe à economia capitalista, podendo ser encontrada em "formas primitivas", ou até mesmo em uma comunidade socialista. Ou seja, Schumpeter desenvolve um conceito a-histórico de empresário e, em última análise, uma teoria de classe social de cunho idealista.¹⁴ Vejamos uma indicação precisa sobre esse ponto:

A função empresarial não está confinada à sociedade capitalista, já que tal liderança econômica poderia estar presente, embora em outras formas, mesmo em uma tribo primitiva ou em uma comunidade socialista (SCHUMPETER, 1939, p.223).

Cabe ainda salientar que, ao assumir a diferenciação da função do capital entre empresário e capitalista, Schumpeter considera que os empresários não correm risco e não conseguem formar uma classe social. Primeiro, corre risco quem detém a propriedade jurídica da firma ou cede o capital monetário (SCHUMPETER, 1939, 104, 1982, p.54). Segundo, os empresários não formam uma classe, pois "a função empresarial não pode ser herdada" (SCHUMPETER, 1982, p.56); logo,

"(...) a classe burguesa os absorve e a sua família e conexões, assim recrutando-se e revitalizando-se permanentemente, enquanto, ao mesmo tempo, as famílias que rompem sua relação ativa com os 'negócios' saem dela após uma geração ou duas" (SCHUMPETER, 1984, p.175).

Do ponto de vista da teoria econômica, o sistema schumpeteriano assume, como inerente ao *modus operandi* da inovação, a existência de novos empresários e de novas

¹⁴ O leitor deve perceber como, por exemplo, Gurvitch refere-se à teoria de classe schumpeteriana: "É fácil reparar que, apesar do relativismo e do historicismo do pensamento econômico, Schumpeter procura 'a essência' das classes sociais num vazio, fora da sociedade real, fora das suas estruturas típicas e das suas conjunturas particulares, fora da história, afinal" (GURVITCH, 1982, p.129).

firmas. Como vimos, os empresários promovem as mudanças descontínuas que alteram o estado de equilíbrio do modelo econômico em fluxo circular. Através da realização de novas combinações conseguem construir uma nova função de produção, ou combinar os recursos produtivos de maneira nova. Distintamente de Marx, que analisa esse agente econômico como um ser objetivado dentro do sistema capitalista, Schumpeter sustenta que a

"(...) função dos empresários é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produzir nova mercadoria, de produzir uma já existente de maneira nova, de abrir uma nova frente de oferta de materiais, uma nova colocação para produtos existentes, de reorganizar uma indústria e assim por diante" (SCHUMPETER, 1984, p.173).

A matriz teórica do conceito de empresário schumpeteriano também se origina das análises de Say e Walras (SCHUMPETER, 1982, p.54-55)¹⁵. Walras divide a riqueza social em duas grandes categorias: os capitais e os rendimentos. Todos os agentes econômicos são proprietários de capital: os trabalhadores possuem seus capitais pessoais e recebem salários como remuneração para seu fator; os proprietários de terra recebem como rendimento aluguel; e há ainda os capitalistas propriamente ditos, que são os donos das máquinas e equipamentos, recebendo o juro como remuneração do capital. Walras divide os agentes econômicos pela propriedade do fator de produção: capital, terra e trabalho, enfatizando que cada agente oferece seus serviços em troca de um dado rendimento. O empresário walrasiano adquire tais fatores no mercado, conjuntamente com os bens intermediários, e os combina com base na tecnologia dada. A idéia de combinação dos recursos produtivos é de Say. Ao construir a estrutura conceitual de empresário a partir de Walras e Say, Schumpeter aceita o padrão metodológico neoclássico, assentado em proposições como, por exemplo, o pressuposto da racionalidade e do comportamento individual dos agentes econômicos. Portanto, o conceito de empresário é formulado, *grosso modo*, a partir de elementos subjetivos, representando a sistematização do comportamento visível do empresário. Ou seja, combinar os recursos, procurar maximizar as funções de produção a partir do uso de recursos escassos é uma abstração derivada da atividade concreta dos empresários. A atitude de Say, Walras e Schumpeter, ao elaborarem essa categoria conceitual, é a atitude sistêmica de refinamento da linguagem dos negócios. O próprio Schumpeter reconhece isso quando diz que o objetivo da ciência econômica é refinar o senso comum, isto é, "(...) mostra[r] que o homem de negócios tem uma plena idéia da lógica que é inerente aos fatos econômicos e que a tarefa dos cientistas econômicos é formulá-la de maneira mais rigorosa" (SCHUMPETER, 1939, p.5).

Schumpeter passa, ao longo de sua obra, enaltecendo valores subjetivos, como espírito empresarial, capacidade dirigente, vontade de inovar, etc., os quais são realmente elementos psicossociais existentes como comportamento de muitos empresários. Certamente, esses

¹⁵ Ver também Napoleoni (1979), onde esse autor resume o pensamento de Walras.

valores e tipos comportamentais não se situam fora dos padrões colocados na estrutura econômica. Pode-se dizer ainda que Marx subestimou tais elementos, mas tal subestimação é irrelevante, quando consideramos a essência de seu sistema teórico. Afinal, no sistema teórico marxista tais elementos são passivos. A atitude de Marx em relação aos agentes econômicos (classes), componentes do seu sistema teórico, e igualmente a de Schumpeter, depende das hipóteses básicas sobre as quais repousa a explicação do funcionamento do capitalismo. Schumpeter, quando constrói a categoria conceitual de empresário, faz a síntese (Durkheim, Pareto, Walras, Say, etc.), utilizando-se do padrão teórico neoclássico e criticando Marx pelo automatismo do comportamento do capitalista e pela sua falta de percepção quanto à importância do empresário na evolução capitalista. Além disso, introduz-se outra figura importante no sistema teórico: o banqueiro (responsável pela transferência de crédito que financia as inovações).

Ao longo de nossa análise, esboçamos um quadro conceitual da concepção subjetiva do empresário schumpeteriano, mas falta ainda fazermos a crítica lógico-histórica a essa estrutura conceitual e verificarmos como se encaixa na teoria do empresário com a parte de inspiração marxista do seu sistema. Dizemos, nesse sentido, que o trabalho de síntese teórica de Schumpeter tem traços da epistemologia marxista. Sobre essa questão, nos deteremos na próxima seção.

4 - As contradições do conceito

Schumpeter parte de uma proposição subjetiva, atribuindo como inerente ao processo de inovação a existência de novos empresários, individualistas e dirigentes. Nesta seção faremos duas críticas à estrutura conceitual do empresário. A primeira é a crítica à consistência interna do seu modelo, onde se demonstra a consequência lógico-histórica da aceitação das premissas desse modelo em oposição à análise clássico-marxista.¹⁶ A segunda enfatiza que Schumpeter oscila entre o marxismo e a escola neoclássica. Sua síntese teórica revela-se inadequada ao resgatar a estrutura conceitual do empresário sobre bases neoclássicas.

As consequências do modelo

Como resposta à concepção marxista, Schumpeter considera que a gênese histórica do capitalismo deve ser buscada em outros fatores subestimados por Marx. De um lado, esse autor nega lógica e historicamente a necessidade de acumulação de estoque

¹⁶ Boa parte de nossa argumentação embasa-se na excelente exposição de Possas (1987).

(acumulação primitiva de Marx) como fator determinante do surgimento do desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, seu modelo teórico permite deduzir que não é necessária a existência de capital acumulado, tal como propôs Marx, e tampouco poupança, para se efetivarem as mudanças descontínuas na economia estacionária.

Do ponto de vista lógico, Schumpeter (1982, p.47), quando explica o surgimento de tais mudanças, faz a suposição inicial de que não houve processo de desenvolvimento anterior. Torna-se, desse modo, irrelevante a existência de poupanças prévias ou acumulação de estoques como decorrentes de desenvolvimentos anteriores. Para ele, como já enfatizamos, o processo de inovação (imitação) consiste em que as novas combinações implicam alterações na estrutura de oferta e demanda de bens de capital. Se há crescimento da oferta de capital ou da poupança, isso não explica a essência de tal processo (SCHUMPETER, 1982, p.50). A inovação sugere a realocação dos recursos produtivos em novas combinações, sendo facilitada pela existência de um poder de compra criado ad hoc pelos bancos. A teoria schumpeteriana tem certa linearidade ao explicar o *modus operandi* da acumulação capitalista: a inovação pressupõe como necessário o aparecimento em cena de novos elementos (novos homens e empresas); sugere o crédito (capital monetário), como instrumento financiador desses novos empreendimentos. Tal conjunto de condições postas em movimento permitem modificar em cadeia as estruturas na oferta de bens capital e, posteriormente, na de bens de consumo, dispensando a postulação teórica da necessária acumulação prévia de capital. Portanto, nessa linha de raciocínio, Schumpeter torna desnecessários os conceitos da teoria (neo)clássica e marxista: parcimônia, abstinência, poupança como fundo de investimentos, bem como a acumulação prévia de bens. Por fim, o conceito de classe (no sentido marxista) também é desnecessário. O empresário, para ascender ao mundo dos negócios, precisa de poder de compra, ou seja, acesso ao capital monetário, não havendo qualquer vinculação com a propriedade dos meios de produção.

A teoria schumpeteriana permite secundarizar aquilo que Marx chamou de acumulação primitiva: um longo processo histórico de separação dos meios de produção dos seus produtores, ou melhor, a fase primeira na qual a relação capitalista se constitui, garantindo as condições prévias para a subsunção formal do trabalho ao capital: separação do trabalhador dos seus meios de produção e das condições de controle do processo global de produção, formação do mercado de trabalho, etc.

Schumpeter (1984, p.34), no **Capitalismo, Socialismo, Democracia**, nega, do ponto de vista histórico, essa proposição marxista de maneira sutil. Sem cair diretamente na apologia clássica, naquilo que chama de "conto de fada burguês", reconhece que o argumento marxista é plausível. Considera, no entanto, que este superestimou a exploração decorrente da acumulação originária. Sua idéia básica é que a "burguesia industrial e comercial ascendeu através dos êxitos nos negócios" (SCHUMPETER, 1984, p.100). Observa ainda que a poupança foi um importante método de acumulação prévia de capital, mas que, primordialmente, a função empresarial é explicativa do êxito dos empreendimentos industriais. Além disso, Schumpeter atribui ao capitalismo o desenvolvimento da racionalidade econômica em maior grau da civilização humana. A racionalidade não está presente somente nesse sistema, mas sob o regime do capital acrescentam-se novos elementos: a moeda e o individualismo. Para ele, o capitalismo

passa a ser a "força propulsora da racionalização do comportamento humano" (SCHUMPETER, 1984, p.165). A moeda é um símbolo dessa racionalidade. Através de sua função de unidade de conta, permite a existência de sistemas de cálculos econômicos e contábeis, capazes de guiar as decisões racionais dos empresários e demais agentes econômicos. Em sentido oposto, para Marx, a moeda ou dinheiro é o símbolo da reificação das relações humanas, carregando intrinsecamente aspectos de irracionalidade do próprio sistema.

Ademais, Schumpeter acrescenta que a atitude mental do capitalista — pode-se dizer, seu espírito individualista e liderança — permitiu o sucesso da empresa capitalista em diversos estágios de desenvolvimento, consolidando uma classe empresarial bem dotada intelectualmente. Aqui novo contraste: Marx não se orientava pela busca da racionalidade da ordem econômica a partir de indivíduos especiais, mas procurava buscar o estudo da totalidade estruturada, suas leis e relações. Schumpeter observa ainda que

"(...) a moderna fábrica mecanizada e o volume de produção que dela jorra, não apenas a tecnologia moderna e a organização econômica, mas todas as características e conquistas da civilização moderna são, direta e indiretamente, produtos capitalistas" (SCHUMPETER, 1984, p.165).

Com efeito, na sua concepção, se há ciência racional, arte e estilo de vida burgueses, processo de racionalização dos comportamentos humanos (pessoal e científico), tais processos são decorrentes da atitude pragmática e utilitarista do processo capitalista.

O leitor deve notar que o autor explica a gênese do capitalismo pela reafirmação da função empresarial. Da mesma forma, enaltece a racionalidade econômica prática do empresário, influenciadora de padrões racionais de comportamento científico, cultural e tecnológico. Os autores Clemence & Doody (1966, p.33-35), schumpeterianos reconhecidos, demonstram a radicalidade desse modelo teórico e confirmam que a economia em fluxo circular serve como contraposição à tese de Marx de acumulação primitiva, demonstrando desnecessária a teoria de classe marxista. Segundo esses autores, o modelo do fluxo circular representa a visão ortodoxa da essência da sociedade capitalista, representando a aproximação institucional da mesma. Nas suas palavras: "O modelo corresponde a um padrão particular existente historicamente em uma época definida e área específica, e este fato tem sido frequentemente manifestado pelo autor [Schumpeter] (CLEMENCE, DOODY, 1966, p.33). Sustentam então que:

"Um dos méritos do sistema schumpeteriano é que ele é capaz de explicar como surge uma sociedade sem a definição do [conceito] de classe capitalista; o processo de desenvolvimento cria as fortunas familiares, traz ao grupo hereditário o começo da própria riqueza. O que é mais importante é que o modelo possibilita-nos perceber que a existência da classe capitalista, no sentido marxista, é uma ilusão e que os membros deste grupo mudam continuamente, conforme o sucesso da criação das novas fortunas e destruição das antigas" (CLEMENCE, DOODY, 1966, p.35).

A citação acima reafirma a posição de que a teoria de classe de Marx é desnecessária, bem como enfatiza a possibilidade de ascensão da classe capitalista sem a prévia acumulação originária de capital. Basta haver um grupo especial de novos homens, com acesso ao crédito, realizando com êxito as novas combinações — conseqüentemente rompendo a estacionariedade da economia capitalista — para ocorrer o surgimento do excedente (lucro empresarial) e a ascensão de novas famílias no mundo dos negócios e crescimento de suas fortunas. A visão ortodoxa desses autores expressa uma contundente crítica lógico-histórica ao método de análise marxista.

O sistema schumpeteriano, nesse aspecto, representa uma alternativa teórica ortodoxa à construção teórica marxista, uma vez que o fluxo circular pode ser interpretado como negação da acumulação primitiva marxista e do conceito de classe social. No caso dos sistemas teóricos em questão, a aceitação de uma das proposições implica a negação do outro sistema. Ou melhor, suas posturas teóricas quanto à gênese, empresário e racionalidade do sistema são diametralmente opostas, sugerindo a escolha de um caminho no que tange à aceitação de uma ou outra hipótese como primordial à construção da teoria econômica.

As afirmações acima, a nosso ver, podem ser melhor precisadas. Em outros termos, o sistema schumpeteriano admite a crítica interna no que se refere à estrutura conceitual do empresário, que o deixa bastante distante do ponto de vista teórico e histórico da concepção marxista.¹⁷ Já demonstramos a recusa de Schumpeter à acumulação originária proposta por Marx.

Dessa forma, se assumirmos que o processo de acumulação e a inovação possuem certa articulação, não isolando as modificações da base técnica do processo de valorização do capital, podemos conceber a mudança tecnológica como não necessariamente autônoma em relação às leis de acumulação de capital. Com efeito, o conceito de empresário deve ser adequado à real funcionalidade e articulação com o processo de valorização, não precisando ser exclusivamente relacionado à existência da inovação, tal como sugere a teoria schumpeteriana.

Como observa Possas (1987, p.180), um modelo de reprodução do capital é lógica e historicamente inaceitável como visão da estrutura capitalista, quando supomos a não-existência do lucro, do juro e da acumulação de estoques de bens nas mãos dos capitalistas. O sistema schumpeteriano parte dessa hipótese apriorística (POSSAS, 1987, p.180) ao conceber que não há lucro, juro e acumulação originária de capital na economia em fluxo circular. Portanto, as contradições decorrentes da aceitação das hipóteses schumpeterianas esbarram nos seguintes fatos históricos: primeiro, a existência da acumulação originária; segundo, de o lucro ser a motivação essencial do mundo dos negócios mesmo em uma economia estacionária; terceiro, do fato de a função empresarial não ser autônoma aos ditames

¹⁷ A argumentação esboçada aqui incorpora a exposição de Possas (1987, p.178-80). Esse autor demonstra que a estrutura conceitual do empresário schumpeteriano decorre de uma hipótese apriorística, ou, em sua expressão, da "forma caricatural do 'empresário schumpeteriano'".

impostos pela própria acumulação — antítese entre capital e trabalho e concorrência entre os capitais.

Para não recair nessas contradições internas presentes nesse sistema teórico — lucro e taxa de juro zero no fluxo circular, e o conceito de empresário vinculado exclusivamente ao conceito de inovação — e sem desmerecer a contribuição de Schumpeter à teoria da dinâmica econômica, Possas sugere resgatar a concepção clássico-marxista, pois esta reconhece que a acumulação progressiva de capital é somente possível através da crescente remuneração do capital, medida pela taxa de lucro. Em condições de reprodução ampliada, e não necessariamente de inovação, o capitalista necessita obter a remuneração que o incentive à expansão de seus negócios.

Em suma, a estrutura conceitual do empresário e funcionalidade dentro do fluxo circular é desmontada por sua própria contradição interna: na economia estacionária — em condições de reprodução a taxas uniformes no decorrer do tempo —, o crescimento dos estoques e dos fluxos tem como impulso imanente a valorização do valor-capital, a concorrência intercapitalista e a necessidade de financiamento desse capital através de uma taxa de juro positiva. Como sustenta Possas (1987, p.180), isso implica dizer que a "(...) distinção conceitual entre as funções 'empresarial' e 'gerencial' ('rotineira') perde muito sua nitidez e relevância teórica". Ou seja, o lucro e o juro existem no fluxo circular independentemente da função do empresário inovador. Ademais, a inovação, mesmo que impulsionada por novos empreendedores, tem sua explicação teórica derivada a partir do processo de acumulação e não pela hipótese subjetiva da existência de empresários especiais, que levaria à teoria equivocada de ciclos determinados simplesmente pela ação empresarial (CLEMENCE, DOODY, 1966, p.52-55).

Além disso, cabe ainda mencionar a crítica (provavelmente não a única) quanto à extrapolação da teoria schumpeteriana a outras situações específicas, como dos países subdesenvolvidos. Dentro dessa linha, Wallich (1969, p.198) sustenta o argumento de que, nas economias periféricas, "(...) o empresário não é a principal força motora, a inovação não é o processo mais característico, e o enriquecimento não é o objetivo predominante". Para ele, o Estado¹⁸ cumpriu, em certo sentido, a função empresarial, pois torna-se o "agente visível e ativo" (WALLICH, 1969, p.200). Os capitalistas dessas regiões não se tornam o empresário schumpeteriano, em função de sua mentalidade e característica de grande proprietário, pela desconfiança das aventuras industriais e por seu passado feudal (WALLICH, p.199). A crítica apreciada acima pode ser contraposta, com base na afirmação de Liebhafsky (1968, p.580).

"O próprio Schumpeter considerou que o empresário poderia assumir diferentes formas. De fato, nos países subdesenvolvidos, os governos oficiais assumiram

¹⁸ Wallich (1969, p.208) atribui um papel diferenciado ao Estado. No caso do desenvolvimento derivado, sua atuação é de suma importância, pois vem atender às demandas sociais por melhores condições de vida. Ademais, contribui no processo de investimento em infra-estrutura da economia, necessária para criação das condições básicas para a aceleração do processo de industrialização.

a função, o que não é consistente com suas teses básicas. O elemento importante em sua teoria é a função empresarial, e não sua forma."

Nessa passagem, a argumentação do autor é coerente com algo que viemos afirmando: o conceito de empresário, no contexto da teoria schumpeteriana, consiste na funcionalidade desse agente econômico no processo de desenvolvimento. Em vista disso, a função empresarial não especifica qual o elemento ativo que efetivará o surgimento das inovações. É uma saída dentro das premissas schumpeterianas. Contudo a crítica contundente ao conceito de empresário surge quando percebemos seu caráter a-histórico e enfatizamos a contradição lógica com o modelo de acumulação capitalista.

Entre Marx e a escola neoclássica

A segunda crítica ao conceito de empresário schumpeteriano refere-se ao fato de que o traço marxista de seu sistema teórico desfigura-se com a aceitação de conceitos ou premissas subjetivas (empresário, individualismo, racionalidade, etc.) de orientação neoclássica. Mas não será afirmação desmedida sustentarmos uma leitura de Schumpeter, aproximando-o de Marx? Limpemos a área com relação a esse aspecto.

Schumpeter aproximou-se criticamente da interpretação materialista da história de Marx. Reconhecia seus méritos, mas tecia algumas ressalvas. O autor trava, no decorrer de sua obra, um longo diálogo com Marx. Considera o materialismo histórico como uma poderosa realização analítica (SCHUMPETER, 1984, p.27). Sua crítica mais direta às implicações dessa teoria relaciona-se à teoria de classes de Marx, considerada ponto débil da análise marxista.

Schumpeter entende o materialismo histórico como hipótese de trabalho para fins de análise científica da história. A ruptura de Marx com o idealismo hegeliano é saudada como positiva, pois afasta Marx da metafísica de Hegel. O "evolucionismo" e a proposição de separação entre base econômica e superestruturas são aceitos por Schumpeter como as contribuições relevantes de Marx. Como vimos, para Schumpeter, o evolucionismo compreende os fenômenos sócio-econômicos, que "(...) constituem um processo único na perspectiva histórica, e sua característica mais evidente é a mutação incessante e irreversível" (SCHUMPETER, 1964, p.71).

À primeira proposição — o evolucionismo de Marx — é atribuída importância primordial, aproximando suas análises. Para ele,

"(...) a teoria de Marx é evolucionista, num sentido no qual nenhuma teoria econômica o foi: tenta descobrir o mecanismo que transforma em outro determinado estado da sociedade, por simples operação e sem o auxílio de fatores externos" (SCHUMPETER, 1964, p.23).

Schumpeter faz referências às proposições "evolucionistas" de Marx das quais partilha em sua própria obra.

Primeiro, assume que "(...) as formas ou condições de produção são determinantes fundamentais das estruturas sociais, que, por sua vez, geram atitudes, ações e civilizações" (SCHUMPETER, 1984, p.28). Significa, então, que o sistema schumpeteriano assume esse traço similar ao sistema de Marx.¹⁹ Mesmo assim, para o autor marxista Godelier (1976, p.28), a posição schumpeteriana é pseudomaterialista e economicista, pois Schumpeter deriva toda a racionalidade econômica da prática dos negócios (ótica do concreto) e, ao mesmo tempo, considera que a gênese e o desenvolvimento do capitalismo são explicados, em última análise, pelo comportamento subjetivo de elementos inovadores. A nosso ver, há um traço marxista nesse autor, que entra em contradição com os aspectos de sua teoria subjetiva de empresário. Quanto ao economicismo, a discussão é mais complexa, mas podemos indicar que Schumpeter procura se livrar de qualquer esquema de determinação rígida do econômico sobre os outros fatos sociais. Não aceita as objeções (do tipo Bernstein) que desmerecem o materialismo de Marx (SCHUMPETER, 1984, p.29). Admite, ainda, a interação entre o econômico e o institucional, procurando abrir a hipótese marxista para outros aspectos (ideológico ou religioso). Afirmar, nesse sentido, que "(...) a totalidade dos fatos e argumentos apresentados por Marx Weber adapta-se perfeitamente ao sistema de Marx" (SCHUMPETER, 1984, p.27). Não obstante é coerente em argumentar que a ação ideológica e ética dos indivíduos depende, em certo sentido, do "conjunto objetivo", que é dado pelas relações de produção.

Segundo, Schumpeter aceita a proposição de Marx de que "As próprias formas de produção têm uma lógica sua; ou seja, mudam de acordo com necessidades que lhes são inerentes, de modo a produzir suas sucessoras, através de seu mero funcionamento" (SCHUMPETER, 1984, p.28). O autor concorda com Marx que o capitalismo possui suas leis internas de funcionamento e que estas determinam dada tendência ao sistema. Tal como Marx, assume que o processo econômico se caracteriza pela instabilidade cíclica. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema possui ciclos endógenos; entretanto Schumpeter considera que a análise marxista "não possuía uma teoria adequada da empresa e era incapaz de distinguir o empresário do capitalista" (SCHUMPETER, 1984, p.52).

Conforme afirmamos anteriormente, os traços evolucionário e orgânico do sistema teórico schumpeteriano estão assentados em bases semelhantes a Marx. Dessa forma, Schumpeter busca inspiração em Marx, qual seja, aceita as idéias de processo e evolução, entretanto adaptando-as aos seus objetivos: enfatizar os mecanismos internos ao *modus operandi* do capitalismo, que o levam à acumulação progressiva e à instabilidade (a inovação e os ciclos). Porém o empresário é colocado dentro desse esquema como figura essencial, surgindo a linha de ruptura com Marx.

¹⁹ Escreve Schumpeter (1984, p.162): "Ora, presumivelmente a atitude racional se forçou na mente humana devido, basicamente, à necessidade econômica; é a tarefa econômica cotidiana que devemos nosso treinamento elementar em pensamento e comportamento racionais — não tenho qualquer hesitação em dizer que toda lógica é derivada do padrão de decisão econômico ou, para usar uma de minhas frases preferidas, que o padrão econômico é a matriz da lógica (grifo nosso)"

Resta ainda demonstrar o segundo aspecto da análise schumpeteriana. Schumpeter concorda com a separação entre modo de produção e superestruturas. Isso, em sua linguagem, se traduz pelos termos "máquina capitalista" e "civilização capitalista". Na seguinte passagem, podemos confirmar nossa afirmação: "(...) passamos agora ao complemento cultural da economia capitalista — sua superestrutura sócio-psicológica, para falar na linguagem marxista" (SCHUMPETER, 1984, p.160). Sievers (1963, p.62) sustenta a afirmação acima e observa que tanto Marx como Schumpeter conceberam as estruturas institucionais e a máquina capitalista como um conjunto integrado. No entanto Schumpeter, ao contrário de Marx, demonstra que a máquina capitalista não entra em colapso por algum traço econômico decorrente de suas leis de funcionamento, como Marx evidencia em *O Capital*. Sua resposta a Marx é enfatizar que a acumulação progressiva de capital por "(...) seu próprio êxito solapa as instituições sociais que protege e 'inevitavelmente' cria condições em que ele não é capaz de viver e que apontam com força para o socialismo como seu herdeiro virtual" (SCHUMPETER, 1984, p.87). Em outras palavras, temos um Marx às avessas, como denomina Joan Robinson. Cabe indagar, por quê?

Pelo fato concreto de que a resposta de Schumpeter a Marx apaga o traço antagônico da acumulação de capital. Não é à toa que este rejeita a teoria de classe de Marx por ser teoricamente equivocada e ideológica (SCHUMPETER, 1964, p.75). Na segunda parte de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, reafirma sua tese fundamental, da qual daremos algumas indicações necessárias a seguir.

Ao fazer a defesa das potencialidades econômicas do capitalismo e dos seus êxitos históricos inegáveis, ele pensa que o sistema produz para as massas. Acredita que a evolução capitalista pode eliminar o desemprego e a pobreza, visto que "eleva progressivamente o padrão de vida das massas" (SCHUMPETER, 1984, p.95). Considera que a máquina capitalista é "(...) uma máquina de produção em massa, o que, sem dúvida alguma, significa também uma produção para as massas" (SCHUMPETER, 1984, p.93). Em face disso, sua análise não evidencia a contradição entre a lógica imanente do capital: valorização do valor e as necessidades sociais da população consumidora. Para Schumpeter, essa contradição é ingênua (SCHUMPETER, 1984, p.103).

Mesmo que Marx e Schumpeter, cada um a seu grau, tenham reconhecido o caráter progressivo do capital, suas concepções enfatizaram aspectos distintos motivadores do colapso do capitalismo. Para Marx, a exploração do trabalho e a conseqüente evolução dos salários reais e da distribuição de renda, aliada ao processo contraditório de acumulação — concentração industrial, queda da taxa de lucro e crescente composição do capital, etc. — encaminham o sistema à crise de longo prazo e a transição à economia socialista. Distintamente, para Schumpeter, o lado progressivo da acumulação é relacionado à função empresarial e à efetivação das inovações. Dado que a função do empresário schumpeteriano é combinar novas funções de produção aproveitando os recursos existentes, redirecionando-os à nova lógica tecnológica, basta a efetivação dessas condições para afastar a possibilidade de crise do sistema pelo lado das leis de acumulação de capital (LABINI, 1984, p.58). Esse esquema paradoxal de Schumpeter, que retira da esfera objetiva do processo de acumulação de capital a explicação da crise, não deixa de ser simples, uma vez que depende de duas variáveis básicas: o empresário e o processo de inovação. Com efeito,

o colapso do capitalismo passa a ser explicado a partir da projeção do que acontece com a função empresarial e com a superestrutura capitalista.

A idéia da crise do capitalismo, para Schumpeter, decorre, então, lógica e historicamente, da acomodação da função empresarial, do planejamento burocrático das empresas e da existência de uma intelectualidade crítica à ordem capitalista. A tendência à evolução capitalista faz a função empresarial perder sua importância e até o progresso técnico tornar-se rotina. "O progresso tecnológico está se transformando em assunto de equipes de especialistas treinados que criam o que lhes é pedido e fazem-no funcionar de maneira previsível." (SCHUMPETER, 1984, p.174). Ou seja, o empresário aventureiro, com sua personalidade e força de vontade, sucumbe frente às modificações das estruturas das empresas monopolistas, cujas burocracias administrativas dominam o cenário dos negócios. Talvez, com certo saudosismo do capitalismo empresarial, Schumpeter estivesse temeroso com o "(...) progresso econômico [que] tende a se tornar despersonalizado e automatizado. O trabalho de equipes e comissões tende a substituir a ação individual" (SCHUMPETER, 1984, p.174).

5 - Conclusão

Quando nos referimos a que a síntese teórica schumpeteriana oscila entre a linha de pensamento marxista e a neoclássica, estamos destacando que, em vários momentos de sua obra, o autor se aproxima de Marx quando sugere que as ações individuais são moldadas pelo "conjunto objetivo" da estrutura econômica. Captando as idéias de processo e evolução, caracteriza o processo de inovação e concorrencial como "destruição criativa" e preocupa-se em analisar as superestruturas da sociedade capitalista. Schumpeter é eclético o suficiente para usar Walras e Marx no sentido de atingir seus fins. Primeiro, procura demonstrar que a análise científica do capitalismo deve ser construída em outras bases distintas do método estático. Propõe um modelo walrasiano dinamizado pelas mudanças tecnológicas. Segundo, utiliza aquilo que considera científico em Marx para adequá-lo à lógica de defesa do capitalismo. Com efeito, constrói um aparato teórico que serve de resposta ao sistema marxista, tanto no sentido da técnica econômica como da ação ideológica.

Não obstante sua aproximação com a análise marxista rompe-se quando Schumpeter valoriza a estrutura conceitual do empresário walrasiano (incluam-se também o pressuposto racionalidade econômica e a explicação da gênese do capitalismo), dando-lhe uma autonomia em relação ao modus operandi do desenvolvimento capitalista. No sistema schumpeteriano, aparecem elementos similares aos do sistema marxista, constituintes essenciais de seu sistema teórico. Repetindo, em outras palavras: há um conjunto objetivo que molda os comportamentos, uma máquina capitalista progressista e uma civilização em franco processo de racionalização e, ainda, um processo evolutivo marcado pela instabilidade dos ciclos endógenos do movimento do capital. Mas, em tal sistema, seu endogenismo, ou, ainda, suas leis de funcionamento são modificadas pelo papel subjetivo da classe especial dos empresários. A praxeologia dos agentes econômicos, diferenciada pelas capacidades

individuais, move as ações humanas e impulsiona as inovações na órbita industrial. Uma vez posta em prática toda força individual e a capacidade inata a alguns empresários, surgem as inovações na órbita de uma economia estacionária. De um lado, tem-se um agente marcado por motivações subjetivas (êxito, ascensão social, etc.). De outro lado, uma práxis vinculada ao cotidiano das relações mercantis. Em síntese, tem-se uma teoria objetiva e uma subjetiva operando ao mesmo tempo, mas Schumpeter prioriza o papel subjetivo em relação à determinação das leis de acumulação impostas pelo sistema capitalista. A aceitação dessa postura eclética implica unir duas concepções metodológicas radicalmente distintas.

Em suma, a estrutura conceitual do empresário deve ser reavaliada quando assumimos as consequências lógico-históricas de aceitação da proposição marxista ou schumpeteriana. Isso significa dizer que a aceitação de certos pressupostos ou categorias das teorias em questão é uma atitude paradigmática. No caso específico do tema em pauta, evidenciamos alguns pontos de contato que o sistema teórico schumpeteriano mantém em relação ao de Marx. Tal como sugeriu Haberler, Schumpeter — no papel de sintetizador — girou em torno do sistema marxista, apropriando-se daquilo que vinha ao encontro de seu sistema teórico. No entanto sua teoria de empresário prejudica a aproximação entre os autores e, ao mesmo tempo, demonstra o lado conservador de Schumpeter, isto é, sua atitude de ser um mordaz crítico de Marx. O problema teórico não consiste em "pintar de cores róseas os agentes econômicos", mas em compreender criticamente o capitalismo tal como ele é, não significando supor neutralidade científica.

Bibliografia

- BELLOFIORE, Ricardo. (1985). Money and development in Schumpeter. **Review of Radical Political Economics**, v.17, n.1-2, p.21-40.
- BLAUG, Mark. (1968). **La teoria económica en retrospección**. Barcelona: Editorial Luis Miracle. p.312-407
- CARSON, Ricard L. (1973). Two theories of capitalist development. In:___ **Comparative economic systems**. New York: Macmillan. p.414-447
- CLEMENCE, Richard V., DOODY, Francis S. (1966). **The schumpeterian system**. New York: Augustus M. Kelly. 117p.
- ECKERMAN, Raul, ZERKOWSKI, Ralph M. (1984). A análise teórica schumpeteriana do ciclo econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: FGV, v.38, n.3, p.205-228, jul/set.
- GURVITH, Georges (1982). **As classes sociais**. São Paulo: Global.
- HOLLIS, Martin, NELL, Edward J. (1977). **O homem econômico racional**. Rio de Janeiro: Zahar.
- LABINI, Paolo Sylos. (1984). **Ensaio sobre desenvolvimento e preços**. Rio de Janeiro: Forense.

- LIEBHAFSKY, H. H. (1968). Profits and progress: defenses and criticisms of price theory. In:____. **The nature of price theory**. Homewood: Illinois. p.575-596.
- MEEK, Ronald L. (1971). **Economia e ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NAPOLEONI, Cláudio (1979). **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POSSAS, Mário Luiz. (1987). **A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense. 352p.
- SCHWARTZ, Gilson. (1983). A propósito da realidade da ideologia na teoria econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v.3, n.2, p.131-139, abr./jun.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1939). **Business cycles: a theoretical, historical and statistical of the capitalist process**. New York/London: McGraw-Hill, v.1.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1961). **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1964). **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Usaid.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1964a). **Síntese de la evolución de la ciencia económica y sus metodos**. Barcelona: Occidente. 212p.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1968). **Ensayos**. Barcelona: Oikos-Tau. 342p.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1970). **Teoria econômicas de Marx a Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar. 277p.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982). **Teorias do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas)
- SCHUMPETER, Joseph A. (1984). **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 534p.
- SALAMA, Pierre. (1980). **Sobre o valor: elementos para uma crítica**. Lisboa: Livros Novos Horizontes. 240p.
- SIEVERS, Allen. (1963). **Revolução, evolução e ordem econômica**. Rio de Janeiro: Zahar.
- TOLIPAN, Ricardo. (1983). Dinheiro e transformação em Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v.3, n.3, p.43-53, jul./set.
- WALLICH, Henry C. (1969). Algunas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado. In:____, AGARWALA, A. N., SINGH, F. **A economia da subdesenvolvimento**. São Paulo: Forense. p.197-211.
- WRIGHT, Erick Olin (1981). **Classe, crise e o estado**. Rio de Janeiro: Zahar. 223p.

Abstract

This article aims at discussing the schumpeterian concept of entrepreneur. Some aspects of Schumpeter's economic theory, his class theory as well as his concept of entrepreneur are being briefly presented and the historical-logical aspects which further the defense of such theoretical system are being demonstrated. Two basic criticisms are being made about Schumpeter's concept entrepreneurs: 1) the theoretical implications in assimilating such theoretical model are being demonstrated from a logical point of view; 2) Schumpeter, in his theoretical synthesis, oscillates between Marxism and the Neoclassical school. However, in redeeming the conceptual struture of the entrepreneur on a neoclassical basis, the author defaces the elements related to Marxism.